

F. A. HAYEK

PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

A ORDEM ECONÔMICA E A LIVRE INICIATIVA

AS CONTRADIÇÕES DAS TEORIAS SOCIALISTAS



F. A. HAYEK

**A ORDEM ECONÔMICA E A
LIVRE
INICIATIVA**
AS CONTRADIÇÕES DAS TEORIAS SOCIALISTAS

Tradução Carlos Szlak



PREFÁCIO

Ainda que a princípio os ensaios reunidos neste livro possam tratar de uma grande variedade de tópicos, a maioria deles aborda problemas intimamente relacionados. Embora as discussões variem de filosofia moral a métodos de ciências sociais e de problemas de política econômica a teoria econômica pura, essas questões são consideradas como aspectos distintos da mesma questão central. Essa conexão será percebida mais facilmente nos primeiros seis ensaios, mas os três seguintes sobre o problema do cálculo socialista podem, até certo ponto, ser encarados como uma aplicação das mesmas ideias a um problema específico, ainda que ao escrevê-los eu não tenha visto sob esse prisma. Apenas os três últimos ensaios tratam de questões um tanto diferentes da teoria ou da política. No entanto, como acredito que os problemas com que estão preocupados serão discutidos no futuro ainda mais do que no passado, aproveitei essa oportunidade para disponibilizá-los de forma mais conveniente.

Como publiquei um livro mais popular sobre problemas relacionados a alguns dos discutidos aqui, para ser justo, devo advertir que apenas alguns dos ensaios reunidos nesta obra (capítulos I e VI e, possivelmente, IV e V) podem, em certo sentido, ser considerados complementares a determinadas conclusões práticas que um senso de urgência me tentou a publicar sob o título *The Road to Serfdom* [*O caminho da servidão*]. Os demais ensaios, de caráter mais acadêmico, são dirigidos a colegas de estudo. Reconheço que todos são fragmentos, produtos que surgiram na busca de um objetivo distante que, por enquanto, devem servir no lugar do produto acabado. Talvez eu deva acrescentar que, a partir de minhas publicações recentes no

campo do qual a maioria dos ensaios neste volume trata, não incluí duas séries de artigos sobre “Cientificismo e o estudo da sociedade” e a “Contrarrevolução da ciência” porque se destinam a fazer parte de uma obra maior e mais sistemática; entretanto, eles podem ser encontrados nos volumes da *Economica* de 1941-45 e 1940, respectivamente.

Agradeço a meus editores da *American Economic Review*, *Economica*, *Economic Journal*, *Ethics* e *New Commonwealth Quarterly* pela permissão para utilizar os artigos que foram publicados originalmente em suas revistas, e à editora George Routledge & Sons, Ltd., de Londres, pela permissão para reproduzir os dois ensaios originalmente publicados em *Collectivist Economic Planning*, em 1935.

F. A. Hayek
London School of Economics
Junho de 1947

CAPÍTULO I

Individualismo: O verdadeiro e o falso*

*Du dix-huitième siècle et de la révolution, comme d'une source commune, étaient sortis deux fleuves: le premier conduisait les hommes aux institutions libres, tandis que le second les menait au pouvoir absolu.***

– Alexis de Tocqueville

1

Defender princípios bem definidos de ordem social é, atualmente, uma maneira quase certa de incorrer no estigma de ser um doutrinário pouco prático. Chegou a ser considerado sinal de mente criteriosa não aderir a princípios fixos em questões sociais, mas decidir cada questão “por seus méritos”; decisão que geralmente se guia pela conveniência e está pronta para fazer concessões entre pontos de vista contrários. No entanto, os princípios possuem uma maneira de se fazer valer mesmo que não sejam explicitamente reconhecidos, mas estejam apenas implícitos em decisões específicas ou mesmo que estejam presentes apenas como ideias vagas do que está ou não está sendo feito. Assim, sob o signo de “nem individualismo nem

* Décima segunda Finlay Lecture, realizada na University College, em Dublin, em 17 de dezembro de 1945. Palestra publicada por Hodges, Figgis & Co., Ltd., Dublin, e B. H. Blackwell, Ltd., Oxford, 1946.

** Do século XVIII e da revolução, como de uma nascente comum, saíram dois rios: o primeiro conduziu os homens às instituições livres, enquanto, o segundo, levou ao poder absoluto. (N. do T.)

socialismo”, estamos de fato nos movendo rapidamente de uma sociedade de indivíduos livres para uma de caráter completamente coletivista.

Proponho não só empreender a defesa de um princípio geral de organização social, mas também tentar demonstrar que a aversão aos princípios gerais e a preferência por proceder de uma instância específica à outra são resultado de um movimento que, com a “inevitabilidade da gradualidade”, nos reconduz a uma ordem social baseada no reconhecimento geral de certos princípios de um sistema em que a ordem é criada por comandos diretos.

Após a experiência dos últimos trinta anos, talvez não haja muita necessidade de enfatizar que sem princípios nós somos levados pela corrente. Durante esse período, a atitude pragmática dominante, longe de aumentar nosso comando sobre os desenvolvimentos, na verdade nos levou a um estado de coisas que ninguém desejava; e o único resultado de nosso desprezo pelos princípios parece ser que somos governados por uma lógica de eventos que estamos tentando ignorar em vão. A questão agora não é se precisamos de princípios para nos guiar, mas sim se ainda existe um corpo de princípios suscetível de aplicação geral que poderíamos seguir se quiséssemos. Onde ainda podemos encontrar um conjunto de preceitos que nos dará orientação clara na solução dos problemas de nosso tempo? Existe em algum lugar uma filosofia consistente a ser encontrada que nos forneça não apenas os objetivos morais, mas um método adequado para sua realização?

O fato de a religião em si não nos dar orientação clara nessas questões é demonstrado pelas iniciativas da Igreja para elaborar uma filosofia social completa e pelos resultados totalmente opostos a que chegam muitos daqueles que partem dos mesmos fundamentos cristãos. Embora o declínio da influência da religião seja, sem dúvida, uma das principais causas de nossa atual falta de orientação intelectual e moral, seu renascimento não diminuiria muito a necessidade de um princípio de ordem social de aceitação geral. Ainda devemos exigir uma filosofia política que vá além dos preceitos fundamentais, mas gerais, proporcionados pela religião ou pela ética.

O título que escolhi para este capítulo mostra que para mim ainda parece existir tal filosofia: um conjunto de princípios que, de fato, está implícito na maior parte da tradição política ocidental ou cristã, mas que não pode mais ser descrito inequivocamente por qualquer termo facilmente entendido. Portanto, é necessário reafirmar esses princípios plenamente antes de decidirmos se eles ainda podem nos servir como guias práticos.

A dificuldade que encontramos não é tão só o fato familiar de que os termos políticos atuais são notoriamente ambíguos ou até que o mesmo termo costuma significar quase o oposto para grupos diferentes. Há a realidade muito mais séria de que a mesma palavra frequentemente parece unir pessoas que na verdade acreditam em ideais contraditórios e irreconciliáveis. Atualmente, termos como “liberalismo” ou “democracia”, “capitalismo” ou “socialismo” já não representam sistemas de ideias coerentes. Eles passaram a descrever agregações de princípios e de fatos bastante heterogêneos que um acidente histórico associa a essas palavras, mas que têm pouco em comum além de terem sido defendidos em épocas diferentes pelas mesmas pessoas ou simplesmente sob o mesmo nome.

Nenhum termo político sofreu mais a esse respeito do que “individualismo”. Ele não só foi distorcido por seus adversários em uma caricatura irreconhecível — e devemos sempre lembrar que os conceitos políticos que hoje estão fora de moda são conhecidos pela maioria de nossos contemporâneos apenas por meio do quadro deles desenhado por seus inimigos — como também tem sido usado para descrever diversas atitudes em relação à sociedade que têm tão pouco em comum entre si quanto têm com aquelas tradicionalmente consideradas como seus opostos. De fato, na preparação deste trabalho, quando analisei algumas descrições-padrão sobre “individualismo”, quase comecei a lamentar ter alguma vez ligado os ideais em que acredito a uma expressão que foi tão maltratada e tão mal compreendida. No entanto, o que quer que “individualismo” possa vir a significar além desses ideais, há duas boas razões para manter a palavra para a visão que pretendo defender: essa visão sempre foi conhecida por esse termo, seja o que for que também possa ter significado em épocas diferentes, e ele se distingue da palavra “socialismo”, que foi deliberadamente cunhada para expressar sua oposição ao “individualismo”.¹ É com o sistema que constitui a alternativa ao socialismo que me preocuparei.

2

Antes de explicar o que quero dizer com verdadeiro individualismo, pode ser útil dar alguma indicação da tradição intelectual à qual o termo pertence. O verdadeiro individualismo que procurarei defender começou

seu desenvolvimento moderno com John Locke, e em especial com Bernard Mandeville e David Hume, e alcançou plena estatura pela primeira vez na obra de Josiah Tucker, Adam Ferguson e Adam Smith, bem como na obra de Edmund Burke, o grande contemporâneo deles — a quem Smith descreveu como a única pessoa que ele conheceu que pensava em assuntos econômicos exatamente como ele, sem que nenhuma comunicação prévia tivesse ocorrido entre os dois.² No século XIX, encontrei a expressão retratada com mais perfeição na obra de seus maiores historiadores e filósofos políticos: Alexis de Tocqueville e Lord Acton. Para mim, esses dois homens parecem ter desenvolvido com mais sucesso o que havia de melhor na filosofia política dos filósofos escoceses, de Burke e dos whigs ingleses do que quaisquer outros autores que conheço; ao passo que os economistas clássicos do século XIX, ou pelo menos os benthamistas ou os radicais filosóficos entre eles, ficaram cada vez mais sob a influência de outro tipo de individualismo de origem diferente.

Essa segunda linha de pensamento, totalmente diferente, também conhecida como individualismo, é representada sobretudo por autores franceses e outros da Europa continental — um fato que se deve, creio, ao papel dominante que o racionalismo cartesiano desempenha em sua composição. Os representantes mais proeminentes dessa tradição são os enciclopedistas, Rousseau e os fisiocratas; e, por razões que iremos considerar agora, esse individualismo racionalista sempre tende a se desenvolver no oposto do individualismo, a saber, o socialismo ou coletivismo. Porque só o primeiro tipo de individualismo é consistente que reivindico para ele o nome de verdadeiro individualismo, enquanto o segundo tipo deve provavelmente ser considerado uma fonte do socialismo moderno tão importante quanto as teorias propriamente coletivistas.³

Não posso oferecer melhor exemplo da confusão prevalecente sobre o significado de individualismo do que o fato de que o homem que para mim parece ser um dos maiores representantes do verdadeiro individualismo, Edmund Burke, é geralmente (e com razão) representado como o principal adversário do chamado “individualismo” de Rousseau, cujas teorias, ele temia, dissolveriam rapidamente a sociedade “no pó e na poeira da individualidade”,⁴ e de que o próprio termo “individualismo” foi introduzido pela primeira vez na língua inglesa por meio da tradução de uma das obras de outro dos grandes representantes do verdadeiro individualismo:

Tocqueville, que o usa em seu *Democracy in America* [*Da democracia na América*] para descrever uma atitude que ele deplora e rejeita.⁵ No entanto, não resta dúvida de que Burke e Tocqueville estão em todos os fundamentos próximos de Adam Smith, a quem ninguém negará o título de individualista, e que o “individualismo” ao qual se opõem é algo totalmente diferente daquele de Smith.

3

Então, quais são as características essenciais do verdadeiro individualismo? A primeira coisa que deve ser dita é que se trata, principalmente, de uma *teoria* da sociedade, uma tentativa de compreender as forças que determinam a vida social do homem e, apenas em segundo caso, um conjunto de máximas políticas derivadas dessa visão de sociedade. Este fato por si só deveria ser suficiente para refutar o mais tolo dos mal-entendidos frequentes: a crença de que o individualismo postula a (ou baseia seus argumentos na suposição da) existência de indivíduos isolados ou autossuficientes, em vez de começar a partir de homens cuja natureza e caráter sejam determinados por sua existência na sociedade.⁶ Se isso fosse verdade, não teria realmente nada a contribuir para nossa compreensão da sociedade. Mas sua argumentação básica é bem diferente; é que não há outra maneira para a compreensão dos fenômenos sociais senão por meio de nossa compreensão das ações individuais dirigidas a outras pessoas e guiadas pelo comportamento que se espera delas.⁷ Esse argumento se dirige principalmente contra as teorias propriamente coletivistas da sociedade, que pretendem ser capazes de compreender diretamente conjuntos sociais como sociedade etc. como entidades *sui generis* que existem independentemente dos indivíduos que as compõem. No entanto, o próximo passo na análise individualista da sociedade é dirigido contra o pseudoindividualismo racionalista que também leva ao coletivismo prático. É a alegação de que, ao rastrear os efeitos combinados das ações individuais, descobrimos que muitas das instituições sobre as quais as realizações humanas se apoiam surgiram e estão funcionando sem uma mente planejadora e direcionadora; que, como Adam Ferguson expressou, “as nações tropeçam em instituições, que são na verdade o resultado da ação humana, mas não o

resultado do projeto humano”;⁸ e que a colaboração espontânea de homens livres costuma criar coisas que são maiores do que suas mentes individuais podem compreender plenamente. Esse é o grande tema de Josiah Tucker e Adam Smith, de Adam Ferguson e Edmund Burke, a grande descoberta da economia política clássica que se tornou a base de nossa compreensão não só da vida econômica, mas também dos fenômenos mais verdadeiramente sociais.

A diferença entre essa visão, que é responsável pela maior parte da ordem que encontramos nos assuntos humanos como resultado imprevisto das ações individuais, e a visão que relaciona toda ordem descobrível ao projeto deliberado é o primeiro grande contraste entre o verdadeiro individualismo dos pensadores britânicos do século XVIII e o chamado “individualismo” da escola cartesiana.⁹ Mas isso é apenas um aspecto de uma diferença ainda maior entre uma visão que, em geral, atribui um lugar bastante baixo àquele que a razão desempenha nos assuntos humanos, que afirma que o homem alcançou o que tem apesar do fato de ser apenas parcialmente guiado pela razão e que sua razão individual é bastante limitada e imperfeita, e uma visão que assume que a Razão, com *R* maiúsculo, está sempre plena e igualmente disponível para todos os humanos e que tudo que o homem alcança é o resultado direto do controle da razão individual e, portanto, sujeito a esse controle. Pode-se mesmo dizer que o primeiro é o produto de uma consciência aguçada das limitações da mente individual que induz uma atitude de humildade em relação aos processos sociais impessoais e anônimos pelos quais os indivíduos ajudam a criar coisas maiores do que sabem, enquanto o segundo é o produto de uma crença exagerada nos poderes da razão individual e de um conseqüente desprezo por qualquer coisa que não tenha sido conscientemente concebida por ela ou que não seja plenamente inteligível para ela.

A abordagem antirracionista, que considera o homem não como um ser altamente racional e inteligente, mas como um ser bastante irracional e falível, cujos erros individuais são corrigidos apenas no curso de um processo social, e que visa tirar o máximo de um material muito imperfeito, é provavelmente a característica mais típica do individualismo inglês. Em grande medida, para mim, seu predomínio no pensamento inglês se deve à profunda influência exercida por Bernard Mandeville, por quem a ideia central foi pela primeira vez claramente formulada.¹⁰

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



CAMPANHA

Há um grande número de pessoas vivendo com HIV e hepatites virais que não se trata.

Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

FAÇA O TESTE. NÃO FIQUE NA DÚVIDA!



ESTA OBRA FOI IMPRESSA
EM JANEIRO DE 2022